

Documentos para a História do Porto Santo

“Assim fomos abrindo aqueles mares,

Que geração alguma não abriu,

As novas ilhas vendo e os novos ares,

Que o generoso Henrique descobriu.”

Excerto d’*Os Lusíadas*, Luís Vaz de Camões, Canto V, IV estrofe

Esta mostra documental procura ilustrar alguns aspetos da história da Ilha do Porto Santo marcada, desde o seu povoamento, pela luta incessante dos seus habitantes contra um meio natural adverso, o alheamento e incúria da Coroa, Donatários e seus capitães, bem como de sucessivas incursões corsárias.

Isolada da Madeira pelo mar da Travessa, a Ilha do Porto Santo dependia do regular transporte marítimo com a capital madeirense e o continente português, não só para as trocas comerciais, e sobretudo pelos abastecimentos de géneros alimentícios para obviar a frequente penúria alimentar. Estas travessias marítimas eram particularmente perigosas no inverno, devido não só ao mar alteroso do mar da Travessa, mas também às dificuldades inerentes às operações de desembarque de cargas e passageiros na praia do Porto Santo.

Numa dessas ocasiões, em 6 de dezembro de 1850, pereceram quinze passageiros. Esta tragédia pela comoção gerada obrigou à ação das autoridades locais e nacionais, conduzindo à concessão, em 1883, à “Empresa Insulana de navegação”, do transporte marítimo entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo. Porém, esta firma violou flagrantemente os termos do contrato

ao ponto do Presidente da Câmara, Manuel de Vasconcelos de Velosa, afirmar em 1891: *“Que a mencionada embarcação não tem além disso as acomodações necessárias, nem a capacidade precisa para cargas, tendo sucedido, por vezes, trazer a seu bordo cerca de sessenta passageiros em piores condições do que as em que vão às vezes conduzidos emigrantes ou condenados.”*¹

Não admira, pois, que em 1893 fosse celebrado um contrato provisório com Abraham Bensaúde, como sócio e representante da firma comercial Bensaude & C.^a, para o serviço de navegação a vapor entre Lisboa e as ilhas da Madeira e dos Açores e entre a ilha da Madeira e a de Porto Santo.

A defesa da ilha, exposta pela sua orografia plana, apenas oferecia como porto de abrigo seguros as encostas do Pico Castelo. Local onde se edificou um precário fortim para refugio dos seus habitantes. Somente no reinado de D. José I, o poder central edificou o forte de S. José, pondo termo a suplicas seculares para a sua construção. Podemos aceder ao inventário do seu armamento e munições no dealbar do séc. XIX.

As secas prolongadas, desde o séc. XVI assolavam ciclicamente os seus habitantes. seguiam-se as fomes e as epidemias. Por exemplo, a de 1856, vitimou duzentas e oitenta e oito pessoas, conforme se constata na relação contida no livro 1013 de óbitos, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade.

Nestes tempos aziagos os crentes iam em peregrinação à Ermida de Nossa Senhora da Graça, destruída, provavelmente, no saque argelino de 1617 (o *Registo das receitas da Ermida da Graça* cessam, precisamente, nesse ano). Somente em 1951, fruto de contribuições populares, foi esta ermida reerguida, uma prova de fé e perseverança de um povo.

O século XX, veio finalmente quebrar o ciclo de isolamento e crises. Não só o poder central dotou a ilha de ligações marítimas regulares, uma estação radiotelegráfica, a eletrificação da ilha em

¹ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo, Liv. 6, p. 151-152.

1951, o plano hidro-florestal, promovido pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, e sobretudo a inauguração do aeroporto em 1960. Medidas que, finalmente, colocaram a ilha do Porto Santo na senda do progresso, resgatando-a de um secular marasmo. Seguiram-se os primeiros empreendimentos industriais, como a captação e engarrafamento da água da Fontinha, pela *Sociedade Águas do Porto Santo*, uma fábrica de conservas, estabelecida no sítio do Boqueirão, pela firma *Mota, Raimundo & Irmãos*, e ainda uma oficina de aproveitamentos de cetáceos.

Sob a égide da edilidade porto-santense foram encetados alguns melhoramentos urbanísticos. Dos quais destacamos o calcetamento, em 1935, do largo do Município e a inauguração, em 1960, da Alameda Infante D. Henrique e de um padrão, em pedra basáltica, evocativo da gesta dos descobrimentos portugueses; o primeiro da autoria do arquiteto Raúl Chorão Ramalho e o segundo do artista madeirense Aragão Mendes Correia.

Aqui deixamos esta singela homenagem ao povo do Porto Santo, estoicos herdeiros dos Calaças, Castros, Mendonças, Perestrelos, Ruas, Teixeiras e Vasconcelos.

João Nuno Freitas

Arquivista